

NO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEF.: 3713/3726/3728

B I S S A U

LUIZ CABRAL NA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DO CEL

O camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau seguiu ontem para a República irmã de Cabo Verde, a fim de assistir a reunião da Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta do Partido, que está a decorrer desde ontem na ilha de S. Vicente e

que se prolongará até ao próximo dia 4.

Nesta sua deslocação, acompanham o Presidente Luiz Cabral os camaradas Francisco Mendes e Umarú Djaló, ambos da Comissão Permanente do CEL do Partido e, respectivamente, Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado e Chefe de Estado Maior Geral das FARP.

A fim de se despedir do camarada Luiz Cabral, encontravam-se ontem no aeroporto vários dirigentes do Partido e do Estado, além de uma companhia das FARP que lhe prestou as devidas honras militares.

Recorde-se que, segundo os Estatutos do PAIGC, a Comissão Permanente do

Comité Executivo de Luta do Partido pode convocar o Comité Executivo de Luta do Partido para reunião extraordinária. No intervalo das reuniões do CEL do PAIGC, a Comissão Permanente exerce as atribuições e competências daquele órgão, a que deverá prestar contas na primeira reunião ordinária.



Criado o Complexo Agro-Industrial de Cumeré

Foi criado o Complexo Agro-Industrial de Cumeré designado (CAIC) que fica sob a tutela do Comissariado de Estado de Energia, Indústria e Recursos Naturais, com sede em Cu-

meré, podendo ter filiais em todo o território nacional, de acordo com os seus estatutos. Esta decisão publicada no Boletim Oficial foi tomada pelo Conselho de Comissários de Estado, no uso da competência que lhe é atribuída, e assinada pelo Presidente do Conselho de Estado, Luiz Cabral, Comissário Principal, Francisco Mendes e pelo Comissário de Estado da Energia, Indústria e Recursos Naturais, Filinto Vaz Martins.

Segundo o preâmbulo deste decreto, «o desenvolvimento agrícola do nosso país repousa essencialmente sobre a produção do arroz e de sementes oleaginosas. Estas culturas tradicionais são praticadas em todo o território nacional e o seu incremento contribui para a autosuficiência alimentar e para a eliminação do desequilíbrio da balança comercial. Considerando que, para atingir tais objectivos, se torna neces-

sário não só produzir mais como também valorizar os respectivos produtos pela sua transformação industrial no país».

O CAIC goza de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira. No prazo de 90 dias, a contar da data da promulgação deste decreto, (27 de Fevereiro de 1978), o Comissariado de Estado de Energia, Indústria e Recursos Naturais deverá elaborar o projecto dos Estatutos da empresa e apresentá-lo à aprovação. Ela terá por actividades o descasque do arroz, produção, refinação e embalagem de óleos vegetais, produção de alimentos para gados, aproveitamento e valorização de outros produtos e subprodutos derivados de arroz e de sementes oleaginosas.

É concedido ao CAIC o exclusivo da exportação dos produtos por ele transformados, sendo esta activida-

de controlada pelo Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato e pelo Banco Nacional da Guiné-Bissau. Será vedada a exportação de sementes oleaginosas e óleo de palma desde que a CAIC tenha a possibilidade da sua valorização no País.

Esta empresa poderá desenvolver acções de modo a garantir, sem prejuízo de empresas especializadas, o aprovisionamento em matéria primas e escoamento dos seus produtos, ficando-lhe, no entanto, vedada a compra ou venda ao público dos mencionados produtos. Para a realização dos seus objectivos, poderá associar-se a outras empresas, mediante autorização do Comissariado de tutela. Entretanto, até ao preenchimento dos órgãos dirigentes a serem previstos pelos seus Estatutos, o CAIC será gerido por uma comissão de sete membros.

Ajuda do Koweite ao nosso país

Foi assinado um acordo de cooperação entre a República da Guiné-Bissau e o Fundo Koweitiano para o Desenvolvimento, prevendo a concessão de dois milhões de dólares (cerca de 60 milhões de pesos guineenses). Segundo a agência de informação do Koweite, esta ajuda será utilizada na realização de um projecto de alargamento do aeroporto Internacional de Bissau.

Recorde-se, entretanto, que este acordo de cooperação foi assinado pelo lado da Guiné-Bissau pelo camarada Inácio Semedo, Director-Geral da Cooperação Internacional que visitou o Koweit.

Novo embaixador em Portugal

Por decisão do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, foi nomeado embaixador do nosso país em Portugal o camarada Filinto Barros.

O camarada Filinto Barros, que ocupava

o cargo de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Estado, foi exonerado anteontem, por decreto do Conselho de Comissários de Estado, devendo seguir para Lisboa na próxi-

ma quarta-feira, dia 7. Recorde-se que, o representante da Guiné-Bissau na República portuguesa era o camarada Júlio Semedo que foi destacado para desempenhar outras funções no país.

Dia Internacional da Criança

Comemora-se hoje, em todo o país, o «Dia Internacional da Criança». Desde o tempo da nossa luta de libertação nacional, as crianças das áreas libertadas festejavam já o seu dia. Depois da nossa libertação total e completa, as crianças de Bissau passaram também a comemorar este dia, nas escolas, nos internatos, com manifestações culturais, desportivas e recreativas.

No passado dia 25, com a presença do camarada Julinho de Carvalho, Comissário Político das FARP, realizou-se um meeting de solidariedade com as crianças de África Austral, no salão Amílcar Cabral da Associação Comercial Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau. A noite, houve manifestações desportivas no Estádio Lino Correia. No dia 26, houve outro encontro na Associação Comercial, onde o representante da União da Juventude Cubana falou do papel da União de Pioneiros de Cuba na sociedade cubana. A seguir houve projecção de filmes.

No sábado, dia 27, houve um encontro com um representante da Embaixada da União Soviética sobre os pioneiros Lenine e o papel que desempenham na sociedade da URSS. A seguir,

houve projecção de filmes e uma sessão cultural com a participação do grupo «África Livre» e declamação de poemas pelos pioneiros do Sector Autónomo da Cidade de Bissau. No domingo, houve um concurso de desenhos na Praça dos Heróis Nacionais, às 9 horas. Na segunda-feira passada, teve lugar, também na Associação Comercial, um encontro sobre a organização dos pioneiros da RDA, presidido por um representante da Juventude Livre Alemã. Depois, houve projecção de filmes e noite desportiva, com apresentação de judo.

Na terça, o camarada Domingos Brito falou sobre a Organização de Pioneiros «Abel Djassi» e o seu papel na reconstrução nacional, às 19 horas e 30 minutos na Associação Comercial. Após este encontro houve outra noite desportiva, no Estádio Lino Correia. Ontem, teve lugar um encontro sobre o XI Festival Mundial da Juventude e Estudantes, a realizar em Julho em Havana. O orador foi o camarada Mário Cabral, seguindo-se a uma sessão de projecção de filmes.

(Continua na página 8)

Luta contra a seca

A carta que hoje ocupa esta coluna foi escrita por Paul Marcelin Dacosta, residente na República do Senegal, e está datada de 29 de Abril passado. Devido à aglomeração de cartas e à data em que chegou às nossas mãos (19 de Maio) só agora nos é possível publicá-la:

Ao ouvir esta manhã como de costume, o boletim de informação do vosso país, apoderou-se de mim um sentimento de confiança no futuro do vosso país, frente à decisão salutar do vosso Partido, de fazer do 1.º de Maio deste ano, festa de sensibilização da população sobre a seca, uma das actuais calamidades dos países do Sahel, que tende a tomar cada vez mais um carácter cíclico e endémico. Mais ainda, organizando «meetings» a nível de todos os sectores do país, não apenas se provoca a participação das forças vivas directamente interessadas no problema, mas se estabelece um contacto real e um diálogo frutuoso entre os responsáveis e as massas.

Nos nossos países em desenvolvimento, caracterizados pela fraquezas dos recursos disponíveis e por um passado colonial cheio de consequências, o potencial energético popular deve constituir a pedra angular do processo de lançamento de projectos de desenvolvimento, cujos programas não exigem necessariamente uma especulação particular.

Por outro lado, esta iniciativa dialéctica apresenta a vantagem de suscitar motivações de ordem psico-sociológicas felizes, garantia de uma adesão democraticamente consentida e de condições óptimas de sucesso para as acções de massas.

É com muita admiração e orgulho que saúdo a vossa procura de soluções na luta contra a seca, pela preservação do património natural e do equilíbrio biológico da natureza, factores indispensáveis para a sobrevivência e a promoção de toda a agricultura.

É importante que as massas tenham consciência, que elas condenem no futuro, exploração anárquica da natureza e o uso abusivo e irresponsável das queimadas.

Paul Marcelin Dacosta

Donativo do Brasil ao nosso país

Numa simples cerimónia realizada ontem de manhã na Secretaria de Estado das Pescas, a delegação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do Brasil, que se encontra em visita ao nosso país, fez a entrega, ao camarada Joseph Turpin, Secretário de Estado das Pescas, de uma colecção de obras, documentos e publicações sobre artes de pesca e de material audio-visual destinado aos pescadores.

Depois da entrega, o encarregado de Negócios do Brasil salientou a sua satisfação por entregar esta primeira ajuda material ao Governo da Guiné-Bissau, e frisou o bom ritmo da cooperação entre o nosso país e o Brasil, tanto a longo

prazo como a curto prazo.

Em resposta falou o camarada Caetano Barbosa que fez um balanço da nossa cooperação com o Brasil dizendo: «A presença desta delegação é a prova concreta do desejo dos nossos governos de cooperar e desenvolver os laços de amizade e solidariedade entre os povos brasileiros e guineenses».

Mário Cabral em Bula

Esteve no passado dia 27 de Maio em Bula, na escola 23 de Janeiro, o camarada Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional, que se fez acompanhar pelos camaradas

Guiné-Bissau numa reunião do ICA

A fim de participar na 7.ª sessão ordinária do Conselho Executivo do Instituto Cultural Africano (ICA), partiram na terça-feira para Dakar os camaradas, Mário de Andrade, coordenador-geral do Conselho Nacional da Cultura, e Ana Maria Cabral, directora do Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco.

O nosso país, que tem es-

tatuto de observador no ICA, pedirá formalmente a sua adesão àquela organização como Estado associado.

A nossa delegação é igualmente portadora de uma mensagem pessoal do camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado, para o Presidente da República do Senegal, Leopold Sédar Senghor.

Seminário sobre as tradições orais de Gabú

No quadro da preparação de um seminário sobre as tradições orais do Gabú, encontram-se no nosso país, desde a semana passada, três universitários da República do Senegal. Trata-se dos professores e investigadores, Djibril Tamsir Niane, Mam Diram Diouf e Mamadou Moustapha.

Após as conversações que já tiveram com os camaradas Mário de Andrade, Coordenador-geral do Conselho Nacional da

Cultura, Mário Cissoko, director do Instituto Nacional de Investigação Científica, e Ana Maria Cabral, directora do Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco, aquelas personalidades deslocar-se-ão às regiões de Gabú e Bafatá.

O projecto de seminário sobre as tradições orais do Gabú é uma iniciativa da Fundação Leopold Sédar Senghor e conta com o apoio do nosso Governo.

respectivamente Director Carlos Dias e Daniel Saw, Nacional da Educação e delegado da Educação do sector Autónomo de Bissau.

Em Bula, o camarada Mário Cabral reuniu-se com os finalistas do Curso de Superação de professores Máximo Gorki, de Cói, professores combatentes que, de acordo com a orientação da Assembleia Nacional Popular, estão desde 1975 a estudar para se qualificarem para as novas tarefas que a Reconstrução Nacional exige.

Os finalistas do Centro Máximo Gorki têm participado activamente na edificação da Nova Escola, o que lhes mereceu grande prestígio nacional e internacional.

Durante a reunião, abordaram-se várias questões relacionadas com a sua futura actividade e com a possibilidade de realização de encontros anuais e de intercâmbio de experiências, tendo sido escolhidos

alguns dos mais destacados finalistas para desempenharem a responsabilidade de delegados de sector, função que doravante será não só administrativa mas também técnica.

A reunião terminou com um brilhante improviso do camarada Mário Cabral, que exortou os professores do Centro Máximo Gorki de Cói a continuarem a merecer o prestígio que adquiriram, agindo sempre como educadores exigentes e coerentes, técnica e moralmente.

BAIRRO DA AJUDA VENCEDORA DO CONCURSO «RESPONDE DEPRESSA E BEM»

No passado dia 28 de Maio o camarada Mário Cabral entregou os prémios à escola do Bairro da Ajuda, vencedora do Concurso «Responde Depressa e Bem»

(Continua na página 8)

Responde o povo

Para onde foram o peixe e a carne?

Não há peixe nem carne nos mercados de Bissau. As mães de família que vão às compras têm que dar voltas à imaginação para, quando chega a hora do almoço ou do jantar, terem qualquer coisa sobre a mesa.

Na maior parte dos dias, chega-se ao mercado e vêem-se os balcões vazios. Há mangos, couves e pouco mais. Das raras vezes que aparece carne ou peixe, há gritos, confusão, e a maior parte das pessoas vai-se embora sem conseguir nada, porque o que veio não chega para todos. Pergunta-se: onde está a carne, onde está o peixe?

Como todos, estamos à espera de resposta (e de peixe e carne também).

Entretanto, três pessoas dizem-nos hoje a sua opinião sobre este problema e como se têm arranjado para o enfrentar.

NAO SE SABE O QUE COMER

tínhamos há muito tempo.

Quando a minha mulher vai ao mercado, volta com o saco vazio. Não encontra absolutamente nada. Só mangos. O que já é muito bom, pois mata a fome a muitos.

Fany chefe de família. A falta do peixe e carne — é um grande problema que existe presentemente na nossa terra.

Em minha casa, só se come feijão. E é porque já o

Não percebo porque é que os n'nhomincas garantiam

peixe para a população de Bissau e, agora que temos dez barcos de pesca (cinco nossos e cinco estrangeiros), não há peixe no mercado. Realmente é uma situação crítica, pois não se sabe o que comer.

NAO SEI ONDE VAMOS PARAR

Sábado N'Bal — Empregada doméstica. Já há alguns dias que na minha casa só se come azeite de palma com arroz. Não se encontra peixe. Quanto mais carne. Eu até já desisti de me pôr na bicha da carne.

Não sei o que é que os homens do talho viram em mim que, quando chega a minha vez, dizem que não há carne. Vendem a carne por

portas traseiras. Depois, é evidente que não chega para os que estão na bicha. Não sei porque é que a Segurança não controla estas bichas! No mercado, uma pessoa quase se mata para arranjar carne. Um pedaço de peixe seco (Cacequé) custa quinze pesos. Agora digam: que alimento tem esse peixe? E é quando se encontra. Ali, só se arranjam doenças. Porque ninguém vai pegar bom peixe para secar. Só peixe estragado. Portanto, só doenças é que ele pode causar. Não se pode deixar de comprar porque já estamos habituados e não há outra coisa. Por exemplo, uma lata de salsichas custa 30 e tal pesos, e quanto se pode comprar, pelo mesmo dinheiro, dois quilos de peixe de segunda.

Ainda nós, os adultos, aguentamos. Mas as crianças é que são um problema. Isso é para arranjarem fraqueza e ficarem de cama, sem alimentação para lhes dar. Tenho sete filhos: o mais pequeno com dois anos de idade. Não há carne para fazer uma sopinha, nem massa para pôr nela. Penso que se deveria ver este problema a sério e num prazo curto, porque assim não sei onde é que vamos parar.

A ALIMENTAÇÃO É PRIMORDIAL

Eugénia, empregada doméstica — Não sei quais as dificuldades que estamos a atravessar neste momento. Mas penso que o problema

da alimentação é primordial. Porque até Amílcar Cabral dizia que com a barriga vazia não se faz a revolução. Por isso acho que se deve velar pela alimentação pública. Já faz muitos dias que não se encontra nem peixe, nem carne, nem ostras para acompanhar com o arroz.

Na minha família, somos eu o meu marido e quatro filhos. Dois estudam no liceu e um no ciclo. Quando estão a sair das aulas, estou eu a chegar da praça sem nada para comer. Compro aquelas sopas de pacote. Isso é que se come cá em casa.

Podíamos comer sandes, mas nem pão há.

Emigração (conclusão)

Os habitantes do bairro da lata de Venda Nova tentam mudar as suas condições de vida

Reportagem «Voz di Povo»

O apoio à emigração, considerado um problema complexo para a colónia caboverdeana em Portugal, o desemprego, que atinge largos milhares de trabalhadores portugueses e caboverdeanos, o ambiente de instabilidade geral, de desenraizamento social, a elevada taxa de criminalidade, dele proveniente constituem os temas abordados pelo «Voz di Povo» sobre a situação dos emigrantes caboverdeanos, do bairro da lata de Venda Nova, em Portugal.

Na primeira parte, que saiu no número anterior falámos dos esforços desenvolvidos pelos moradores daquele bairro, portugueses e caboverdeanos, no sentido de melhorar as suas condições de vida, e dos projectos em curso, orientados pela Comissão, tanto para a elevação de nível de escolarização dos moradores como para o saneamento do ambiente e, sobretudo, para proporcionar melhores condições de vida às crianças.

UM PROBLEMA COMPLEXO

Apoiar a nossa emigração é um problema complexo, sobretudo no que respeita a essa enorme massa de caboverdeanos hoje radicada em Portugal. Essa é a nossa «diáspora» mais recente, a que mais se assemelha à lava ainda em ebulição, procurando formas económicas, sociais e políticas de se solidificar. Se somarmos a isso a carência de quadros e meios financeiros no nosso Estado e à instabilidade económica e social próprias da fase de transição que atravessa Portugal, no meio desta generalizada crise da produção, podemos fazer uma ideia de como os nossos serviços consulares e a ACG trabalham sob pressão.

O desemprego, que hoje atinge largos milhares de trabalhadores portugueses, não poderia poupar os trabalhadores caboverdeanos aí radicados, na maioria camponeses de Santiago centrifugados pela prolongada seca, portanto mão-de-obra que as crises da indústria dispensam de bom grado, tanto mais que o seu desenraizamento nacional e a falta de experiência sindical facilitam a tarefa. Segundo

números aproximados fornecidos pela nossa Embaixada, calcula-se em 12 mil o número de desempregados caboverdeanos em Portugal.

A massa dos imigrantes caboverdeanos em Portugal é dispersa, para além de instável. Nas principais cidades, nas minas, nas empresas agrícolas, um pouco por onde exista actividade produtiva na antiga metrópole colonial, encontram-se caboverdeanos.

Nesse ambiente de instabilidade geral, de desenraizamento social de desemprego natural seria que surgisse uma elevada taxa de criminalidade. Podemos afirmar que a criminalidade entre os caboverdeanos, de que nos chegam ecos preocupantes, não é diferente nem superior ao geral da sociedade portuguesa de hoje. E, ainda, que a criminalidade que se verifica hoje em Portugal não é diferente nem superior a outras sociedades em crise e vivendo um pós-guerra (Portugal vive um pós-guerra, apesar da maioria dos seus cidadãos disso não terem consciência, porque não viveram de perto a guerra colonial).

Mas não há dúvida que todo esse ambiente complica o trabalho de apoio possível de ser desenvolvido, quebrando a natural solidariedade que devia existir na comunidade, pelo ambiente de desconfiança que gera. Se pensarmos ainda no empolamento que certas forças políticas provocam através dos seus meios de informação, com o objectivo encoberto de provocar divisão entre portugueses e caboverdeanos da mesma condição (de que Venda Nova é um contrário edificante), podemos dimensionar a agudeza dos problemas levantados.

Natural seria, por outro lado, que se gerassem fricções entre os caboverdeanos e os retornados. O sentimento de que estes são intrusos que vieram disputar os postos de trabalho é generalizado hoje em Portugal, e pode ser constatado na mais vulgar conversa. «Desde que começaram a entrar os retornados, começou o descontrolo do emprego», diz-nos um elemento presente na reunião da Venda Nova. «Mas eu digo a um tipo que é retornado lá na Fábrica: só agora vocês se lembraram de que tinham um país de origem. Dantes, fizeram dos nossos países os vossos «países de origem» e agora que se deu a independência, fugiram, lembrando-se que tinham um país de origem». E acrescenta: «Nós caboverdeanos viemos para trabalhar honradamente e estamos a trabalhar honradamente. É diferente, embora pudessem não ter culpa do regime colonial».

Perante tal argumentação, de uma lógica impecável (convém, contudo, não esquecer que a História despreza muitas vezes a lógica) não resistimos à anedota corrente entre os caboverdeanos em Lisboa.

Um retornado grita a uma caboverdeana cruzando o Rossio: — «Vai para tua terra!» Com sangue frio, ela responde-lhe «pê-de-tac» — «só cá estou há três anos. Vocês estiveram no meu país quinhentos anos. Agora faz as contas de quantos me restam...»

Ainda sorrindo pela lembrança da anedota, dispáramos a pergunta grave e embaraçosa: E os que não vivem honestamente.

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?

Quando poderá ser uma realidade em todos os núcleos de caboverdeanos radicados em Portugal; este enquadramento extremamente lúcido do trabalho que está sendo feito pela comissão de moradores do Bairro de Lata de Venda Nova?



AMILCAR CABRAL

A cultura nacional

FUNCIONARIOS PÚBLICOS E EMPREGADOS DO COMERCIO GUINEENSES E CABO-VERDIANOS!

Mobilizem-se organizem-se para servir a nossa luta!

Não queiram unir o vosso destino ao colonialismo português, cujos dias estão contados.

CADA EMPREGO DEVE SER UM POSTO DE COMBATE PELA LIQUIDAÇÃO IMEDIATA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS!

AVANTE NA LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS NOSSOS POVOS!

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS!

II. Mensagem aos militares guineenses e caboverdeanos (oficiais, sargentos e soldados) obrigados a servir no exército colonial português.

IRMÃOS

A hora de acabar com a odiosa dominação dos colonialistas portugueses na Guiné e em Cabo Verde está a chegar. Sejam quais forem as forças dos colonialistas portugueses — soldados, armas, aviões, polícias, torturas, medo, fome, ignorância, — traidores — nós vamos acabar com o seu domínio nas nossas terras. Mesmo que nós nos não pudessemos ter armas mesmo com as mãos vazias, nós podemos destruir as forças dos colonialistas portugueses, porque a nossa força principal é o nosso povo, porque sabemos quais são as fraquezas deles, porque lutamos na nossa terra, pela nossa liberdade e dignidade de homens e de africanos. Por isso tudo e porque podemos dispor de todos os meios para lutar pela nossa liberdade, com o apoio de todos os povos do mundo, o colonialismo português tem os dias contados e vamos acabar com ele depressa.

Vocês foram e são obrigados a servir no exército dos colonialistas portugueses. Vocês são nossos irmãos, são explorados como os nossos povos, sofrem os insultos que nós sofremos, vivem a vida de escravos que nós vivemos. Vocês são usados pelos colonialistas portugueses porque eles sabem que sem vocês, nada podem fazer para tentar manter o seu domínio. Ontem vocês não podiam passar de segundo-cabo; hoje alguns, muitos poucos podem chegar a ser oficiais, mas com muita dificuldade e sempre sujeitos a insultos e à discriminação racial. Se hoje os colonialistas portugueses vos tratam um pouco melhor e fingem ser vossos amigos, é porque têm medo dos nossos povos, é porque sabem que os nossos povos vão correr com eles e têm ainda a esperança de vos usar como carne de canhão para defender os seus vis interesses e continuar a escravizar e a explorar a nossa gente. Quer dizer: se há alguma melhoria na vossa situação, vocês devem issa à luta dos nossos povos — de todos os povos africanos — contra o colonialismo e o imperialismo.

IRMÃOS, oficiais, sargentos e soldados das nossas terras!

Os colonialistas portugueses, que já mataram e massacraram milhares de irmãos nossos querem para defender o seu domínio, obrigar-vos a matar por eles, a destruir os nossos povos, a sujar as vossas mãos com o sangue dos vossos pais, mães, irmãos, noivas, filhos e amigos.

Empresa mista de transportes colectivos

Encontra-se em estudo a criação, a curto prazo, de uma empresa mista de transportes colectivos entre os secretariados administrativos e o Instituto Caboverdeano de Solidariedade, anunciou o delegado da Administração Interna da ilha do Fogo, Rolando Lima Barber, em entrevista concedida aos órgãos de informação nacional. Recordou-se que, até ao momento, sabe-se que o Instituto Cabover-

diano de Solidariedade tem a seu cargo a tarefa dos transportes colectivos e detém o plano de amplificação da rede.

Segundo Rolando Lima, o ICS está disposto a constituir uma empresa mista com os secretariados administrativos para aumento do número de autocarros e das respectivas carreiras. O delegado da Administração Interna frisou ainda a necessidade de se fazer um

empréstimo, dadas as condições financeiras precárias dos secretariados administrativos. O projecto de alargamento da rede de transportes públicos às outras ilhas teria sido discutido anteriormente entre representantes do ICS e os delegados do Governo de várias ilhas. Saliente-se que, até agora, as ilhas privilegiadas em transportes colectivos são Santiago, S. Vicente e Fogo.

«Não podemos incentivar as nossas populações a trabalhar, a cultivar mais arroz ou mancarra, se não houver produtos que possam comprar depois com os seus rendimentos. Porque nós sabemos que uma pessoa trabalha no sentido de, cada ano, melhorar a sua vida. Se uma pessoa trabalha só para guardar o dinheiro, não tem nenhum interesse em fazê-lo», são estas as palavras do camarada Comissário Principal Francisco Mendes, na sessão de encerramento da Assembleia Nacional Popular, ao abordar o problema de ruptura de stocks, e a consequente falta de produtos no mercado. Informou que este problema mereceu já várias discussões nas reuniões do Conselho de Comissários, uma vez que um país que quebre o seu stock terá muita dificuldade em reconstituí-lo. Afirmaria, a este respeito, que se quisermos

acabar com a bicha temos que ter as coisas em quantidade suficiente. Chamou por isso a atenção para a necessidade de regularizar as nossas importações, interrompidas há cerca de seis meses, importando de acordo com as nossas possibilidades cambiais.

Os problemas relacionados com o departamento da Agricultura, que deve analisar a situação de forma a resolver o nosso problema alimentar. Os Armazéns do Povo, que têm desempenhado as funções de principal abastecedor e importador, as deficiências do controlo e de gestão das suas estruturas e a situação económica do país que considerou fundamental para a política do PAIGC, mereceram especial referência do camarada Comissário Principal nesta parte do seu discurso que publicamos hoje, traduzido do crioulo.

Francisco Mendes no encerramento da ANP

Não podemos incentivar as populações a trabalhar se não houver produtos que possam comprar com os seus rendimentos

AGRICULTURA

Vamos passar agora aos problemas da Agricultura. O camarada Presidente do Conselho de Estado, no seu relatório, afirmou que a Agricultura deve dispensar maior atenção aos grandes problemas agrícolas na nossa terra. O Comissariado de Agricultura, que tem de contar com a barriga das populações da nossa terra, deve analisar a situação de maneira a resolvermos os problemas alimentares. Por isso, digo, que os camaradas da Agricultura devem, deixar as pequenas tarefas que talvez possam desviar a sua atenção, como as granjas e as hortas, e entregá-las aos organismos competentes que devem ocupar-se disso. O que não impede que desloquem os seus técnicos junto desses organismos. Mas devem dedicar-se sobretudo aos problemas que possam demonstrar às nossas populações que é possível, com o mesmo esforço de trabalho, tirar maior rendimento.

Por isso, é que as experiências de Contuboe e de Saucunda, são importantes. Sabemos que não é possível fazer estas experiências em todas as regiões, porque nem todas elas têm as mesmas possibilidades que a Região de Bafatá. Mas, se for possível fazê-las em regiões como o Sul, nas áreas de Cufar, é uma grande contribuição que a Agricultura dá, não somente para a solução, parcial do problema alimentar da população dessa área mas também a própria experiência será uma contribuição para o desenvolvimento mental das populações locais, mostrando-nos que é possível cultivar o arroz na época seca.

Quanto ao problema da distribuição de sementes,

nós dizemos aos camaradas da Agricultura que, como sabemos que este ano elas vão faltar principalmente as de arroz, em vez de, como acontece todos os anos, a Agricultura recorrer ao Comércio, Armazéns do Povo ou à Socomi, no sentido de pedir sementes emprestadas (esse empréstimo julgo que nunca mais chegam a pagá-lo) é preciso que tomemos medidas para que as sementes que vão ser distribuídas, numa determinada área, não sejam transportadas até Bissau, para depois seguirem das empresas comerciais para essa área. Portanto, estas medidas devem ser tomadas. Se for necessário arroz para distribuir às populações do Sul ou do Leste, ou mesmo da zona de Bissau, quando ele se encontrar nos armazéns do Comércio da respectiva área é preciso bloqueá-lo para evitar tudo o gasto de material, de transporte e todo o tempo que leva no vai e vem. É necessário tomar já medidas para se favorecerem as populações no devido momento.

Nós sabemos, através das informações que tivemos através de contactos, que há muito tempo que não se fazia a vacinação de gado na área de Tite. Pedimos aos camaradas da Agricultura, principalmente da Veterinária, para estudarem este assunto porque temos a impressão, embora não sejamos técnicos neste domínio, de que o início das chuvas é uma época em que os animais morrem muito, devido aos insectos que aparecem.

QUEIMADAS

No quadro da protecção contra as queimadas, pensamos estudar a maneira de decretar leis para prote-

ger as florestas. Embora se trate de uma coisa que nunca fizemos no país. Mas faz-se em toda a parte do mundo, mesmo no Senegal. Aqui, na nossa terra, há várias florestas que podemos decretar como interditas a caça, ao corte de árvores e ao cultivo. Isso constitui mais um passo que podemos dar no sentido de evitar queimadas e também de defender a nossa fauna florestal. Pensamos que uma zona onde podemos fazer essa experiência é na área de Cufar, apesar de dizermos que é permitido fazer a lavoura ali, pois ela não destrói nada, naquela área. Trata-se da única área onde há água. O resto da zona encontra-se seca. Por isso, todos os animais de Quínara vão lá beber, quando não conseguem alcançar o rio de Buba. Assim, nesta época, todos os caçadores vão lá caçar.

Há ainda um problema particular para o qual chamamos a atenção dos camaradas da Agricultura. Trata-se da necessidade de recuperação do caterpillar que se encontra em Tite. É uma boa máquina que, só por falta de uma peça, ficou tempos e tempos sem trabalhar.

Vamos passar para o Comércio. O Comércio foi o Comissariado que provocou maior discussão aqui, na Assembleia. É, aliás, um departamento que provoca discussão em todas as reuniões do Partido ou do Estado, porque tem as nossas barrigas nas suas mãos. De maneira que dizemos ao Comissariado do Comércio que, neste momento que atravessamos, deve estudar as possibilidades de abastecimento das tabancas situada perto das fronteiras tanto no Norte como no

Sul. Porque, se, queremos controlar os nossos produtos naturais, o nosso óleo de palma, é necessário abastecê-los. Não é possível, nem justo — e não temos mesmo possibilidades de o fazer — impedir a saída do nosso óleo de palma ou do nosso coconote, impedir que as populações levem tudo isso para ir vender lá fora, se elas não tiverem nem arroz, nem cigarros, nem fósforos, nem tabaco, nem nada.

REGULARIZAR AS IMPORTAÇÕES

Actualmente, enfrentamos um problema grave, no nosso país, no que se refere ao abastecimento. Trata-se da ruptura de stocks. Agora reconstituí-los constitui uma das necessidades essenciais para o nosso país. Este problema já várias vezes foi discutido no Conselho de Comissários e achamos que ele exige um maior esforço do Comércio e do Banco. Os camaradas do Banco talvez digam que nós devemos ver que estamos a meter-nos numa situação da qual não poderemos sair. Porque um país que quebre o seu stock terá muita dificuldade em reconstituí-lo. No momento actual que vivemos, qualquer produto que chegue ao nosso país constitui motivo para a formação de bichas, porque não há. Mas, se quisermos acabar com as bichas, temos que ter coisas em quantidade suficiente no nossa terra. Não queremos dizer que devemos importar aquilo que as nossas possibilidades cambiais não nos permitem. Mas devemos regularizar as importações, de modo a passarmos a importar regularmente. Se deixarmos de importar, como acontece actu-

almente, pois estamos há seis meses sem importação, corremos o risco de nos acontecer como ao tal homem que quiz habituar o seu cavalo a não comer. Quando já estava desabituaado, morreu. Mas nós pensamos que não vamos chegar a essa situação. No entanto, este é um problema fundamental para nós. Os camaradas do Comércio e do Banco devem estudar as possibilidades de importar os produtos de primeira necessidade. Actualmente, não há fósforos e os cigarros estão a escassear. (Parece que acabaram de chegar agora). Tabaco não há. As coisas essenciais para as nossas populações não existem.

Não podemos incentivar as nossas populações a trabalhar, a cultivar mais arroz ou mancarra, se não houver produtos que possam comprar depois com os seus rendimentos. Porque nós sabemos que uma pessoa trabalha no sentido de cada ano, melhorar a sua vida. Se uma pessoa trabalha só para guardar o dinheiro, não tem nenhum interesse em fazê-lo.

ARMAZENS DO POVO

Ainda no domínio do Comércio vamos referir-nos a um problema que foi muito discutido aqui na Assembleia. Trata-se do caso dos Armazéns do Povo, que foi falado também em todo o território nacional. Os Armazéns do Povo são a nossa maior empresa comercial de importação e de exportação, fruto da nossa luta de libertação nacional. Quando chegámos a Bissau, esta empresa tomou conta da maior parte do Comércio do país, recrutou todos os funcionários que lhe foi

possível recrutar, absorvendo também aqueles que eram donos da Guiné-Bissau, a Casa Gouvêa. Os Armazéns do Povo têm um grande volume de transacções. Tem muitos empregados. Se não estou em erro são mais de dois mil. E têm mais de 100 lojas e mais de 70 camiões. Tudo isso faz dos Armazéns do Povo um grande monstro da nossa terra.

Mas esta empresa não desenvolveu pouco a pouca. Desenvolveu-se nas nossas regiões libertadas. Na altura, não era Comércio que fazíamos. Era política. É preciso distinguir a política do comércio. Nas nossas regiões libertadas, não havia balanço. Uma pessoa apresentava saldo negativo e ficava apenas nos papéis. Só depois da libertação da nossa terra começámos a fazer comércio. Depois entrarmos em Bissau, os Armazéns do Povo ergueram-se, num só dia, daqueles pequenos depósitos que tínhamos escondidos no mato, para tomar conta de todo o comércio do país e garantir o abastecimento de todo o território nacional. Mas, apesar de seu grande e rápido crescimento, os Armazéns do Povo têm desempenhado as suas funções na nossa terra como principal abastecedor e principal importador. Não demos negar esse facto. É normal haver erros em todas as coisas. Mas podemos dizer que os Armazéns do Povo desempenharam as suas funções. Porque, se seria do nosso país se tivéssemos os Armazéns do Povo e se o nosso povo tivesse os artigos de primeira necessidade para comprar?

Mas como os Armazéns do Povo têm um grande



mero de funcionários e não dispõem das estruturas de controle, o camarada Armando Ramos, Comissário do Comércio, falou aqui e explicou que tudo o que se fazia aqui na antiga Gouvêa, na Ultramarina, em matéria de contabilidade, era feito em Portugal. Todos os indivíduos que eram peritos da contabilidade e em todos os ramos da gestão de uma grande empresa de comércio, estavam em Lisboa. Quando os Armazéns do Povo entraram e absorveram a Gouvêa, as máquinas de controle e de gestão não entraram nas suas estruturas: ficaram em Lisboa.

Por isso, como sempre acontece, certos elementos aproveitaram-se da situação para desviar material em seu proveito. Não é possível, em milhares de pessoas todas serem honestas. Mas nós, como gente que reconhece o trabalho feito por uma grande empresa do género e por todos os elementos válidos dos Armazéns do Povo, não podemos colocar todos os trabalhadores da empresa no mesmo nível dessas pessoas.

Temos que ser objectivos, gente que procura defender os interesses do nosso povo. Temos que procurar corrigir, castigando, quem sair fora do caminho.

Mas não podemos fazer como dizia o projecto de lei que estava em aprovação ontem, aqui na Assembleia, e que felizmente os camaradas deputados rejeitaram, que afirmava que, numa empresa, quando um empregado comete uma falta, o director, o sub-director e o gerente seriam todos castigados. Com isso, favoreceríamos as pessoas que afirmavam que, nos Armazéns do Povo, são todos um grupo de ladrões. Nós não Go-

verno não somos dessa opinião. Somos sim da opinião de que houve falta de controle nos Armazéns do Povo, mas não por culpa das pessoas que estão à cabeça dos diferentes departamentos, porque os Armazéns do Povo não possuem estruturas para acompanhar o seu desenvolvimento. Houve falta de controle e por isso é que um grupo de gente se aproveitou da situação para poder enriquecer. Mas nós sabemos se há pessoa da direcção dos Armazéns do Povo que são honestas e que, quando essa situação foi detectada pela Segurança se puseram prontamente ao seu serviço e de todos os departamentos do Estado para se poder esclarecer a questão.

ECONOMIA — A BASE

Nós consideramos a economia da nossa terra como uma coisa fundamental. Podemos falar de política muito bem, do PAIGC, do nosso Governo democrático, de eleições ou da Assembleia Nacional Popular, mas, enquanto não tivermos a situação económica bem equilibrada, a política de que falamos vai por água abaixo. Portanto todos os que atentarem contra a economia da nossa terra, que fazem desvios de bens do nosso Estado para seu proveito pessoal, são piores do que as pessoas que lançam panfletos nas ruas. Porque, se tivermos um país forte, se o nosso país caminhar bem para o desenvolvimento e as nossas fábricas marcharem bem, se e o nosso povo viver bem, podem lançar mil panfletos nas ruas, porque não há ninguém que lhes ligue. Mas, se a nossa economia estiver destruída, se for sabotada cada dia, se

todas as fábricas pararem e todos os produtos importados para o benefício do nosso povo serem desviados para as fronteiras, qualquer um que se levante para dizer mal do PAIGC ou falar contra o Governo da Guiné-Bissau, terá muita gente a escutá-lo. Porque sabemos que os problemas políticos têm a sua base na economia e, se o povo não viver bem, a política não será certa.

Por isso estamos com os olhos abertos para os problemas económicos da nossa terra e por isso felicitamos os camaradas da Segurança Nacional e Ordem Pública pela atenção que lhes dedicam. Felicitamo-los pela detecção de desvios nos Armazéns do Povo e, actualmente, nas Obras Públicas. O seu trabalho demonstra que entenderam bem o papel da economia na nossa terra. Porque se esta for forte, a Segurança Nacional terá pouco trabalho, e o que tiver estará facilitado.

Há um assunto que discutimos com o camarada Presidente do Conselho de Estado que, se me for permitido, gostaria de pôr perante a Assembleia. Sabemos que há vários empregados nos Armazéns do Povo — e muitos podem ainda ser descobertos — que, antes de entrarem para a empresa, já possuíam os seus pequenos bens de rendimento. Alguns tinham já a sua taberna, outros pequenas lojas ou camiões de aluguer. Esses empregados pensam que, uma vez que têm bens de rendimento, podem roubar nos Armazéns do Povo ou em qualquer outra empresa e se forem descobertos dizem que se trata de rendimentos que já tinham antes. Mas nós pensamos que isso é uma maneira de encontrar desvios. Talvez possamos estudar, mais isso depende do Conselho de Comissários de Estado e do Comissariado do Comércio, uma maneira de evitar essa situação que uma pessoa cria para encobrir o desvio que pratica.

É possível, por exemplo, exigir que todas as pessoas que forem admitidas para certos postos de responsabilidade, noutras empresas do Estado que vamos criando, declarem por escrito não possuírem nenhum bem de rendimento ou que quando o tiverem, especifiquem de que se trata e qual o seu rendimento mensal. Isso para não haver possibilidade de amanhã alguém se desculpar com os bens que já tinha anteriormente. Isto é uma ideia que temos. É preciso tentar reduzir um pouco as possibilidades de desvio. Mas isto é um problema que apenas quis levantar para que fique desde já do conhecimento da Assembleia e possa ser levada à discussão noutra sessão da ANP.

NOVA RENTALIDADE

Há ainda o problema das pessoas que apresentam sempre saldo negativo nas lojas dos bairros e noutras estabelecimentos dos Armazéns do Povo. Há quem diga que, como foi agora descoberto que existem desvios nos Armazéns do Povo.

Mas nós não podemos ir nessa interpretação, porque uma pessoa que seja encarregado de uma loja tem que ser responsável. Tem que saber ler, para o caso de lhe ser enviada uma factura descobrir se a mercadoria chegou a entrar ou não. Mas, se se deixar enganar por outra pessoa que lhe envie uma factura e se assinar, sem confirmar a mercadoria, a culpa não é do Estado nem de ninguém. Essa pessoa tem que responder perante o tribunal.

Nós somos contra qualquer tentativa de desculpa a favor dessas pessoas que praticaram desfalques nos Armazéns do Povo nos bairros e contra a hipótese de se considerarem estes factos como fazendo parte dos desvios que estavam a ser feitos. Sabemos que há antigos combatentes desmobilizados que, durante a luta, eram responsáveis dos depósitos dos Armazéns do Povo. Mas o comércio que então exercíamos — como já dissemos, nessa altura, não era comércio mas sim política — não pode ser igual ao nosso comércio actual.

Porque, na altura, quando um indivíduo levantava uma quantidade de mercadoria e caía numa emboscada, se ela desaparecesse, voltava a Canajaira e levantava novamente mercadoria. Ou, quando uma pessoa armazenava tecido num depósito e não cuidava dele, deixando que a formiga branca (bagabaga) o comesse, apenas fazia um ofício a justificar o facto e ia levantar mais tecido porque o povo tinha necessidade disso.

Mas nós não podemos aceitar a mesma mentalidade para o comércio que praticávamos dantes e para o de hoje. Porque o nosso comércio agora deve dar lucro. Nós somos contra os camaradas que afirmam que os Armazéns do Povo não têm o direito de fechar os depósitos de venda nos bairros, que foram assaltados. Aqueles depósitos assaltados têm que ser fechados para se fazer um inventário e para se apurar responsabilidades. Isto faz-se em qualquer parte do mundo. Foi por isso que os Armazéns do Povo, juntamente com o Comércio, tomaram a decisão que nós apoiamos, de encerrar as lojas assaltadas nos bairros, no sentido de se fazer o balanço e procurar saber o montante do roubo. Isto porque, repetimos, não podemos confundir comércio e política. Devemos deixar de confundir isso porque o nosso comércio, todas as empresas da nossa terra têm que dar lucro para se poder investir mais. Porque, se não houver lucro, os Armazéns do Povo continuam a trabalhar só para pagar aos seus funcio-

nários. Este departamento precisa de se desenvolver mais.

Os camaradas deputados falaram em abrir lojas noutras áreas. Mas nós não podemos fazer lojas de adobe e cobertas de palha, porque correm o risco de arder. Temos que fazer celeiros em condições. O camarada Pam N'Bunhe pediu que construíssemos celeiros porque houve um caso de roubo de arroz na sua área. Mas nós não podemos continuar a fazer essas lojas da mesma forma que as fazíamos dantes. É, para que estas pratiquem um comércio mesmo a sério, é preciso que haja lucros e se possa investir mais e organizar melhor os seus trabalhos. Por isso, manifestamos a nossa satisfação pela decisão do Partido, no quadro dos bairros da cidade de Bissau, de proibir qualquer intervenção dos Comités do Partido nos Armazéns do Povo. O único responsável pelos Armazéns do Povo nos bairros é a pessoa que a direcção daquele departamento colocar à sua frente. Os quadros do Partido podem controlar as suas actividades, no sentido de verificar se não levantam mercadoria para dar aos djilas, mas ele é o único responsável. Portanto, estamos bastante satisfeitos com esta decisão porque não podemos confundir a política com o comércio nos bairros.

(Cont. no próximo número)

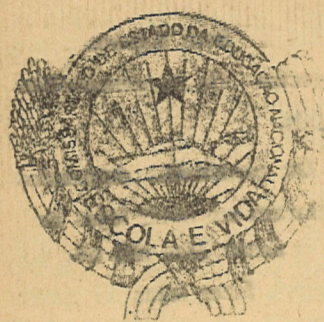


«O Comissariado da Agricultura deve dedicar-se sobretudo aos problemas que demonstrem às nossas populações que é possível, com o mesmo esforço tirar maior rendimento do seu trabalho»

ano de implantação de estruturas

Estamos orgulhosos por ver milhares de adultos alfabetizados, por ver os camponeses utilizarem comprimidos e outros medicamentos muito simples mas que até aqui nunca tinham tido a sorte de conhecerem, por termos formado, no decurso da luta, 497 quadros superiores, médios e profissionais, pelo facto de neste momento 495 rapazes e raparigas frequentarem escolas superiores, médias e profissionais em países da Europa, enquanto cerca de 15.000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias, secundárias, internas e semi-internas, onde o ensino lhes é ministrado por 251 professores e professoras.

A. CABRAL



Página da Educação

Registo

O professor

O nosso professor deve seguir sempre em todas as actividades a linha e os princípios do PAIGC e ser um participante activo em todas as tarefas da Reconstrução Nacional da nossa terra.

Ele deve também saber que cada aspecto do seu trabalho é um acto político: dar uma aula de matemática, fazer o jardim da escola, participar na alfabetização da população da localidade onde a escola se insere, dinamizar a participação dos seus alunos nas actividades dos Pioneiros e da JAAC, são todos actos políticos que o professor não pode deixar de ter sempre em conta.

O professor da nossa nova escola, sendo o encarregado de divulgar entre os alunos a política e a ideologia do nosso Partido e as tradições da luta do nosso povo, necessita de continuamente elevar os seus conhecimentos neste aspecto, conhecer a obra teórica de Cabral e a nossa prática política, estudar os documentos emitidos pelo Partido e os discursos dos nossos dirigentes e estar sempre actualizado sobre as notícias e situações de carácter nacional e internacional.

O nosso professor não deve nunca esquecer-se que a educação é um acto profundamente político.

A cultura é um dos aspectos fundamentais que o nosso novo professor deverá sempre ter em conta. Ele deve fazer o esforço de se instruir cada dia mais e conhecer os êxitos mais modernos da ciência, de tal modo que possa satisfazer plenamente as necessidades que a sociedade impõe à sua responsabilidade.

O nosso novo professor deve ser também investigador, ter uma actividade positiva perante a superação e esforçar-se continuamente no sentido de se autosuperar, assim como uma marcada disposição para o ensino, materializada pelo optimismo e confiança no seu trabalho, como formador das novas gerações.

O nosso novo professor vive sómente porque estuda e, quando deixar de estudar, morre nele o professor.

Uma nova pedagogia do ensino do português em Cabo Verde

Aos sete anos de idade, a criança portuguesa possui uma competência fonológica perfeita, uma competência sintáctica e lexical muito vasta. O papel do professor consistirá em aperfeiçoar essa competência oral e em iniciar a criança na aprendizagem da língua escrita. (É bom sublinhar que, com a explosão escolar verificada igualmente em Portugal nos últimos anos, houve a necessidade de insistir na fase da oralidade para elevar o nível de conhecimentos linguísticos de certos alunos, provenientes dos meios sociais e economicamente mais atrasados).

Contrariamente ao que se passa com a criança por-

tuguesa que entra para a primeira classe da instrução primária, o que acontece com o pequeno caboverdiano de sete anos que vai pela primeira vez à escola? Ele possui um instrumento de comunicação oral o crioulo — suficientemente próximo do português para o poder compreender com relativa facilidade, mas com uma estrutura gramatical diferente. Falta-lhe em relação ao português a competência fonológica, sintáctica e lexical da criança portuguesa da mesma idade.

O que se passa, então? Na medida em que o português tem uma estrutura morfológica extremamente complexa em relação ao

crioulo, a criança caboverdiana deparará logo de início com o grande problema do emprego correcto dessa estrutura, problema que não existe em crioulo, em que todas as formas verbais estão reduzidas ao infinitivo. Por outro lado, encontrar-se-á confrontada com analogias aberrantes com a língua materna, o que produz as chamadas interferências linguísticas. Ela estará constantemente tentada a cometer uma série de erros que uma criança portuguesa da mesma idade não cometerá, do tipo de «eu não sabe», «ninguém não entrou», «eu dou meu mãe recado», etc.

Estando condenados, nos próximos anos, a começar o

ensino de português só aos sete anos de idade, é preciso transmitir metodicamente, gradualmente, ao pequeno aluno caboverdiano que vai frequentar a escola pela primeira vez, as estruturas de base do português a partir da língua oral.

Os nossos professores terão de estar conscientes de que a frase portuguesa mais simples não o é para a grande maioria das crianças que vão frequentar a 1.ª classe. As dificuldades da língua escrita, as que vai ter o pequeno português que entra para a escola devem, pois, ser poupadas de início às nossas crianças.

A Educação na Guiné-Bissau

Visando uma formação autenticamente integral do Homem, a educação deverá ser simultaneamente político-ideológica, moral, técnico-científica.

O papel do ensino é preponderante em todo o processo educativo. O nosso Projecto de Transformação do Sistema Nacional do Ensino inscreve-se na

necessidade duma transformação profunda do sistema de educação deixado pelo regime colonial, que não era mais do que um prolongamento do sistema português. Já dissemos que este ensino estava divorciado da realidade do nosso país e tinha como fim último a formação de uma mentalidade culturalmente

dependente e a justificação permanente da dominação.

Entre os princípios de base que deverão orientar a nossa acção no respeitante à Educação, sublinhamos:

a) A função do Estado como único organismo capaz de dispensar um ensino sistematizado, através do departamento especializado criado para o efeito.

O desenvolvimento que alcançou hoje a educação na Guiné-Bissau só se tornou possível porque os objectivos, o conteúdo e as estruturas da educação no nosso país foram concedidos e realizados sob a responsabilidade directa do Commissariado de Estado da Educação Nacional.

Neste processo, o organismo central de educação apoia-se nos ensinamentos na prática adquirida nas escolas das regiões libertadas e na iniciativa e na criatividade dos professores e dos trabalhadores da educação em geral, bem como em algumas experiências próximas do contexto sócio-económico dos nossos países, e orienta esta iniciativa e a criação, para a realização dos projectos e conteúdos definidos pela direcção do referido departamento estatal. A prática está a provar que só uma direcção rigorosa e centralizada nas questões fundamentais permite garantir o desenvolvimento contínuo da educação nacional.

NÓ Pintcha

Trisemanário do Commissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.

Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.

Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Um ano 700,00 P.G.
Seis meses 450,00 P.G.

Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:

Um ano 800,00 P.G.
Seis meses 550,00 P.G.

Caixa Postal, 154 — BISSAU-GUINÉ-BISSAU

Farmácias

HOJE — «Central Farmedi n.º 2» — Bairro de Belém, telefone 3473

AMANHÃ — «Farmácia Higiene» — Rua António N'Bana, telefone 2520

Cinema

HOJE MATINÉ — «Um Dia nas Corridas» m/6 anos
As 18,30min.

HOJE E AMANHÃ — SOIRÉ — «Três Tipos Duros»
m/18 anos. — As 20,45min.

Brasil

Desacordo entre militares

BUENOS AIRES — O governo militar brasileiro examinou as possibilidades de castigar militares que estejam em desacordo com a candidatura presidencial oficial, apesar desta medida não ser facilmente aplicável e comportar graves riscos.

No decorrer dos últimos meses, sobretudo a partir da destituição do ministro do Exército, general Sylvio Frota, e a designação pessoal pelo presidente Ernesto Geisel, do general João Baptista Figueiredo como seu sucessor, as divergências no seio das Forças Armadas atingiram um nível sem precedentes, desde a subida dos militares ao poder, há 14 anos.

Neste contexto, regista-se uma mistura estranha de posições, onde a candidatura de Figueiredo é rejeitada tanto por militares da extrema-direita como por outros de tendência moderna.

Altos oficiais — que tiveram uma participação activa no golpe de Estado de Abril de 1964 — exigem agora a cessação da legislação de excepção e querem uma democratização política. Esta corrente coincide com as pressões crescentes, exercidas por uma larga gama de sectores liberais, compreendendo

tendências progressistas, até mesmo da centro-direita.

Mas para o presidente Geisel, todo o sintoma de divergência no seio das forças militares é mais preocupante que a actual greve de milhares de trabalhadores de São Paulo, que o renascimento do movimento estudantil, que as posições de crítica por parte da Igreja ou, mesmo, que o crescente movimento nacional pela amnistia.

No entanto, como precisa o «Jornal do Brasil», parece não existir um pleno acordo sobre se a punição ou não de generais — como para Abreu — «eliminará ou estimulará a dissidência militar». O jornal refere-se a um só aspecto da dissidência, a dos chefes militares, que se ligaram à oposição legal do Movimento Democrático Brasileiro, aspecto que poderá contudo resultar na candidatura presidencial do general Euler Bentes Monteiro, para defrontar a de Figueiredo no colégio eleitoral, que deverá tomar uma decisão em Outubro.

Entre os problemas com os quais se depara o presidente Geisel para castigar os generais contestatários, encontra-se o facto de, segundo o código disciplinar

do Exército e o Estatuto dos militares, se poder aplicar somente 30 dias de detenção, prazo após o qual, o sancionado pode ter mais prestígio do que antes.

Um outro recurso será a perda de funções do oficial castigado, mas este deverá ser apresentada a um conselho ou ao tribunal militar supremo, o que implicaria um processo público, e em vez de atenuar, o facto poderia agravar as divergências militares.

O presidente Geisel poderá igualmente recorrer à legislação de excepção, utilizada pelos militares desde 1968, ou então aplicar o acto institucional número 17, que prevê a passagem temporária à reserva de todo o militar contestatário do regimento. No entanto, seria a mais grave decisão que Geisel poderia adoptar e que comporta igualmente grandes riscos.

O «Jornal do Brasil» indicou que a «eficácia do princípio de unidade e de obediência significa somente que não haverá resistência contra a execução de sanções, mas não diminui as inquietações e pode suscitar desobediência numa medida tal que chegue a afectar a unidade global das Forças Armadas». (PL)

Comores

Ali Soilih morto a tiro

MORONI — O ex-presidente Ali Soilih da República dos Comores foi morto a tiro, quando «tentava evadir-se da sua prisão domiciliária», segundo anunciou o actual governo.

Ali Soilih que estava no poder desde que, em 1975, as Ilhas Comores se tornaram independentes da França, fora deposto no passado dia 13 de Maio por um golpe de Estado.

Segundo o semanário francês «Le Nouvel Observateur», o golpe de estado foi desencadeado por

mercenários franceses, contratados através de uma pretensa empresa de importações e exportações dirigida por um antigo pára-quedista da Legião Estrangeira. Cerca de 50 mercenários participaram na operação, que teve como objectivo recolocar no poder o antigo presidente Ahmed Abdallah e o seu ex-colaborador Mohamed Ahmed, os quais estavam exilados em Paris desde que Soilih os afastara do poder, também de um golpe de estado.

Antananarivo retoma a calma

ANTANANARIVO — A vida parece ter retomado o seu curso normal na manhã de ontem na capital de Madagascar, após 48 horas de distúrbios.

Mais de 150 assaltantes de lojas foram detidos pelas forças da ordem, segundo um comunicado do Poder Revolucionário, que acrescenta que nenhum novo incidente

foi registado, graças não somente às medidas tomadas para salvaguardar as vidas e a protecção de bens, mas também pela colaboração real dada pela população ao restabelecimento da ordem.

Contudo, o recolher obrigatório manteve-se das 18 às 6 horas da manhã, e as reuniões de mais de cinco pessoas nas ruas ou lugares públicos estão interditas, ao mesmo tempo que prossegue, no Estádio de Mahamisina, o comício permanente dos estudantes. (FP)

Moçambique Revisão da Constituição

MAPUTO — O secretário da Comissão Permanente da Assembleia Popular de Moçambique, Marcelino dos Santos, presidiu na segunda-feira à sessão de abertura da Reunião da Comissão de Revisão da Constituição da República Popular de Moçambique.

A Comissão, que integra 30 membros, foi designada no passado dia 20 pela Comissão permanente, por mandato do Comité Central da Frente, para propor alterações à actual Constituição, nomeadamente no que se refere à existência de órgãos locais do poder.

Comité de Libertação da O.U.A.

DAR-ES-SALAM — O Comité de Libertação da O.U.A. estimava na terça-feira que é necessário e «urgente» fornecer aos movimentos de libertação nacional armas «apropriadas» para fazer face aos ataques crescentes dos seus inimigos que utilizam armamento sofisticado. Foi o que declarou em Dar-Es-Salam o secretário executivo adjunto do Comité de Libertação Laban Oyaka, ao informar a Imprensa sobre os trabalhos do Comité, reunido em Dar-Es-Salam. Oyaka precisou que o comité encarregado das questões da defesa cujo relatório foi adoptado na terça-feira, estima que «tempo dos países africanos fazerem mais do que adoptar resoluções.» — (FP)

Recontros estudantes-polícia

BOGOTA — Violentos recontros opuseram na terça-feira, no interior da Universidade Nacional de Bogotá estudantes e forças da polícia, anunciou-se de fonte oficial. A polícia e o exército ocuparam a Universidade, a mais importante do país, e iniciaram perseguições após violentos incidentes resultantes do aumento de preço dos transportes públicos. Perto de dois mil estudantes encontravam-se no interior da Universidade. — (FP)

Recompensa pela varíola

NAÇÕES UNIDAS (Genebra) — A Organização Mundial de Saúde (OMS) acaba de ter a ideia de oferecer uma recompensa de mil dólares a quem detecte um caso de varíola no mundo. Este «punhado de dólares» é destinado a encorajar, a escala do globo, a vigilância desta doença e a apoiar os programas nacionais de vigilância, nos países onde a erradicação da varíola não está ainda confirmada oficialmente. Aqueles que descobrirem a doença deverão provar que esta foi contraída através da transmissão de pessoa para pessoa e o caso deverão ser confirmado por exames laboratoriais. — (FP)

★ Sabotadores

LUANDA — Seis pessoas, cuja nacionalidade se desconhece, culpadas de «sabotagem económica», foram expulsas de Angola, segundo um comunicado da Direcção de Informação e da Segurança (DISA). António da Silva Frazão, José Marques Cesário, Maria Rodrigues Graça, Fernando Furtado Ambar, José Joaquim do Carmo e Maria Judite de Faria Cortes Lago, procediam nomeadamente a financiamentos ilegais, desvios de bens, açambarcamentos e transferências anormais de divisas para fora do país, diz o comunicado. — (FP)

★ Novo Governo

SANNA — Um novo governo foi formado na terça-feira no Yemen do Norte pelo primeiro ministro cessante, Abdel Aziz Abdel Ghani, anunciou-se oficialmente. O novo governo é formado por 16 membros, dos quais sete novos ministros. O anterior governo norte-yemenita pediu a sua demissão em Abril passado, após a eleição do comandante Ahamad El Ghachmi para a presidência da República. — (FP)

★ Dia do Desarmamento

NAÇÕES UNIDAS (N.Y.) — O dia 6 de Agosto, data da destruição de Hiroshima por uma bomba atómica, há 33 anos, deverá ser proclamado «dia do Desarmamento», segundo propôs, na terça-feira, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda. — (FP)

★ Congresso de escritores

BERLIM — Subordinado ao tema «O escritor nas lutas da nossa época», começou na segunda-feira, em Berlim (capital da RDA), o 8.º Congresso dos Escritores daquele país, com a presença de Frich Honecker, chefe do Estado e do P.C. alemão oriental. — (FP.)

São Marino

Esquerda vence eleições

SÃO MARINO — Os partidos de esquerda da pequena República de São Marino conseguiram uma maioria no parlamento, ao obterem 31 lugares dos 60 em disputa nas eleições legislativas no passado domingo.

Segundo os resultados oficiais divulgados na segunda-feira, o partido mais votado foi o democrata-cristão (42,29 por cento dos votos), seguido pelo Partido Comunista Samarinense (25,13), pelo Partido Socialista Unitário (13,77) e pelo Partido Socialista (11,14). Estes três últimos conseguiram 31 lugares no parlamento, enquanto a Democracia-Cristã alcançou 26. No entanto, e como foram o partido mais votado, os democratas-cristãos, serão convidados para formar o futuro governo.

Porém, em face da distribuição dos lugares no parlamento, é natural que os democratas-cristãos não consigam concretizar a for-

mação de um novo gabinete. Neste caso é provável que seja o Partido Comunista Samarinense encarregado de formar o governo.

Estas eleições, decorrentes de os socialistas terem abandonado a coligação governamental com os democratas-cristãos, foram especialmente concorridas, para o que contribuiu a vinda de muitos emigrantes a São Marino, alguns dos quais dos Estados Unidos.

São Marino é a mais antiga e a mais pequena república do mundo, contando actualmente com uma população de cerca de 20 mil habitantes. A chefia do Estado é assegurada por dois capitães-regentes que exercem as suas funções em conjunto. A República de São Marino está encravada na Itália, entre as províncias de Forlì e de Pasero-Urbini, próximo da costa do Adriático. Existe como Estado independente desde o século X e como República desde 1450. (FP)

Harmonização aduaneira

OUAGADOUGOU — Dois Comitês — Alfândega e Finanças — da Comunidade Económica da África do Oeste (CEAO) reuniram-se de 5 a 10 de Junho em Ouagadougou, no quadro da preparação da cimeira dos chefes de Estado que deve ser realizada, em Outubro próximo em Bamako, anunciou um comunicado da CEAO.

O Comité de cooperação em matéria alfandegária e estatística examinará os dossiers com vista a acelerar a organização das trocas comerciais comunitárias, bem como o do consentimento dos produtos industriais vindos da comunidade, e a harmonização das tarifas inter-aduaneiras nomeadamente para o que respeita ao artesanato tradicional.

O comité de peritos financeiros e administrativos proporá estruturas adequadas ao Fundo de Solidariedade e de Intervenção para o Desenvolvimento Económico da Comunidade (Fosiddec), cuja criação foi decidida o ano passado, em Abidjan.

Este fundo, de 5 bilhões de francos CFA, provenientes dos Estados membros, permitirá o acesso ao mercado internacional dos capitais.

A CEAO reagrupa a Mauritânia, o Mali, o Senegal, o Alto-Volta, a Costa do Marfim e o Níger. (FP)

Africa do Sul

Detenções de dirigentes nacionalistas

JOHANNESBURGO — A polícia sul-africana deteve, desde o início do mês de Maio, pelo menos 20 líderes ou militantes negros da oposição ao apartheid, soube-se de fonte africana.

Esta nova vaga de repressão é destinada a impedir a reorganização dos movimentos da filosofia da «consciência negra».

Somente nestes últimos três dias, indicou-se da mesma fonte, foram detidas nove pessoas, entre as quais

dois jornalistas, Juby Mayet, de origem indiana, e Phillip Mtimkulu, do semanário ecuménico negro, «The Voice», financiado pelo Conselho sul-africano das Igrejas. Mtimkulu foi libertado após nove horas de interrogatório. Quanto a Juby Mayet, ela permanece presa, devido à famosa «lei sobre a segurança interna» que permite a detenção secreta de qualquer pessoa por um período indeterminado.

Entre as outras pessoas

detidas nestes últimos dias, conta-se o secretário geral da Juventude Operária Cristã, Marcus Rodgers, preso na cidade do Cabo, e um membro da Organização, Joyce Mokhesi, detida em Sharpeville.

Desde o início do mês de Maio, os principais dirigentes da Organização do Povo da Azânia (AZAPO) e do Comité de Acção de Soweto (SAC), dois movimentos reclamando-se da filosofia da

«Consciência negra», e do líder negro assassinado na prisão, Steve Biko, estão detidos sem processo, bem como o presidente da Juventude Operária Cristã, Petelo Magame, detido numa igreja.

Saliente-se que a maioria dos líderes negros detidos em Outubro passado, após a interdição de 18 organizações da Consciência negra se encontram ainda presos sem processo. — (FP)

Chile

Enfraquecimento contínuo do general Pinochet

A intensificação das contradições no seio da junta militar chilena, acrescidas às posições de crítica por parte dos sectores sindicalistas e políticos, acentuam o enfraquecimento quotidiano do general Augusto Pinochet.

Alguns indícios, como a «viagem discreta» aos Estados Unidos de altos oficiais chilenos, as declarações do comandante da Força Aérea, general Gustavo Leigh, à revista «Cosas» e algumas divergências surgidas entre os membros do Conselho dos generais, levam Pinochet a uma situação pessoal cada vez mais difícil.

Há alguns meses, a Justiça norte-americana reateou os inquéritos sobre o assassinato, em Washington, do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Orlando Letelier, (Setembro de 1976) e as conclusões implicam a Agência Central de Segurança norte-americana (CIA), membros da polícia secreta chilena e contra-revolucionários de origem cubana.

Acutalmente, o norte-americano Michael Townley, ex-membro da DINA (segu-

rança chilena), expulso do Chile e entregue às autoridades norte-americanas, ameaça «contar tudo» sobre o assassinato do ministro dos Negócios Estrangeiros, Letelier. É provável que o ex-chefe da segurança militar, Hector Orozco, e o sub-director do Centro Nacional de Informação (CNI — o novo órgão de segurança), coronel Jerónimo Pantoja, se desloquem aos Estados Unidos para ouvir o relato de Townley.

Quanto ao ex-chefe da DINA, Manuel Contrera — cujo paradeiro se ignorou durante muito tempo — encontra-se actualmente em Santiago do Chile, retirado na sua residência, esperando a evolução dos acontecimentos, mas já ameaçou também dar a conhecer os antecedentes, que ele esconde em local seguro, e que comprometem de certeza o governo.

O centro das contradições militares devem ser procuradas na deterioração internacional da imagem da junta militar chilena desde o golpe de Estado que, em 1973, derrubou o presidente Salvador Allende.

Esta imagem agravou-se a tal ponto — diz-se — que a própria CIA está disposta a revelar as manobras da DINA, a fim de pôr termo ao isolamento internacional, facto que implicaria o desa-

parecimento do general Pinochet da cena política.

Neste contexto, o general Leigh propõe como solução a substituição de quatro membros da Junta numa forma de exhibir ao mundo «provas concretas de que o país marcha para o restabelecimento dos direitos». Leigh reconheceu implicitamente, numa reportagem publicada pela revista «Cosas», que, até agora, nada de concreto foi feito para garantir «as intenções democráticas» do regime.

Neste mesmo contexto de posições oficiais de militares chilenos, é necessário assinalar-se que há dois meses, após o reinício do «caso Letelier», o Conselho de generais publicou um documento no qual omite o termo «lealdade ao seu comandante em chefe, o general Pinochet», fórmula corrente nestes casos no Chile.

Dia Internacional da Criança

Continuação da 1.ª pág.

Hoje, dia 1 de Junho, os pioneiros «Abel Djassi» deporão flores no Mausoleu Amílcar Cabral. Haverá a seguir uma corrida de atletismo, na qual participarão os alunos do Jardim-Infantil Nhima Sanhá. Seguir-se-á uma visita ao Serviço de Pediatria do Hospital Simão Mendes e a inauguração de uma exposição na Casa da Cultura.

A tarde o camarada Otto Schachth terá um encontro com os pioneiros, no Estádio Lino Correia. À noite, terá lugar, na Associação Comercial, uma noite Cultural com a participação dos grupos musicais «Djorçon» e «N'Caça Cobra», de clamação de poemas e apresentação de histórias.

AS FLORES DA NOSSA LUTA

«O mais maravilhoso, o mais delicado que há no mundo são as crianças. As crianças devemos dar o melhor que temos. Devemos educá-las para levantarem com o espírito aberto, para entenderem as coisas, para serem boas, boas para evitarem toda a espécie de maldade. As crianças são as flores da nossa luta e a principal razão do nosso combate libertador». Estas são as palavras do camarada Amílcar Cabral, militante número um do nosso Partido e Fundador da nossa Nacionalidade, sobre as crianças da nossa terra.

Em todo o mundo, celebra-se hoje, dia 1 de Junho,

o «Dia Internacional da Criança». No nosso país, onde a data era assinalada desde há anos nas áreas libertadas, durante a luta armada de libertação nacional, o Dia Internacional da Criança comemora-se agora também em Bissau, nas escolas, juntamente com os professores, pais, dirigentes e amigos.

«Juramos solenemente lutar pela criação das condições indispensáveis ao desenvolvimento feliz e harmonioso das nossas crianças e das gerações vindouras». Estas palavras ecoaram na tribuna do Congresso das Mulheres realizado em Paris em Dezembro de 1945, congresso que deu origem a uma organização combativa de massas: Fe-

deração Democrática Internacional das Mulheres. Quatro anos depois, em 1949, a Federação dirigiu-se a todas as mulheres do mundo, com este apelo: celebrar todos os anos, no dia 1 de Junho, o Dia Mundial da Criança. Celebrar este dia, para lembrar à sociedade a sua responsabilidade pelo destino e educação da geração ascendente do nosso planeta.

A verdade é que, enquanto existir o imperialismo, haverá no mundo muitas crianças infelizes. Milhões de crianças morrem de fome, por causa das doenças ou por causa dum trabalho penoso e extenuante; há crianças que nunca frequentaram a escola; a delinquência infantil, em vez de diminuir, aumenta em larga escala.

Em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas

afirma solenemente os direitos da criança, isto é, o direito à vida, a ter um nome e uma nacionalidade, o direito à protecção contra toda a exploração, o direito às condições de existência digna, a uma assistência médica gratuita e à educação primária gratuita.

Sabemos que a todo o direito corresponde um dever. Por isso, se as crianças têm esses direitos internacionais reconhecidos, nós os adultos, temos o dever de respeitá-los. «E nós do P.A.I. G.C., podemos dizer com orgulho que temos respeitado, desde o começo da nossa luta, a defesa dos direitos da criança. Isso foi o que nos ensinou o camarada Amílcar Cabral. Se queremos ser fiéis à nossa luta e à mensagem de Cabral, temos que continuar a criar condições cada vez melho-

ULTIMAS NOTICIAS

CAMARÕES

YAOUNDÉ — Segundo os números oficiais e definitivos, 99,98 por cento dos eleitores camaroneses pronunciaram-se no domingo passado a favor da lista dos candidatos deputados apresentados pelo partido unificado: «União Nacional Camaronesa».

A nova Assembleia Nacional, designada por cinco anos, reunir-se-á na próxima terça-feira para eleger o seu presidente. (FP)

Mário Cabral em Bula

(Continuação pág. 2)

que tem vindo a ser realizado, no Salão da UDIB. Assistiram também a esta última sessão do concurso representantes dos alunos, professores, pais e encarregados de educação.

Recordamos que este concurso foi uma iniciativa da escola III Congresso e compreendia uma série de perguntas previamente elaboradas pelos coordenadores das diversas disciplinas, às quais os alunos teriam que responder.

Tinha como objectivo primordial apoiar todo o trabalho feito pelos alunos e professores, incentivar o estudo colectivo e fomentar o intercâmbio entre as escolas.

Cada aluno tinha um minuto para responder a uma determinada pergunta, que poderia ser de Matemática, Biologia, Desporto, Ciências Sociais, Física, Química ou actualidades nacionais. O júri, previamente constituído, deveria classificar a resposta de certa, incompleta ou errada.

res, para que os direitos das nossas crianças sejam respeitados em todos os pontos da nossa terra». Disse um professor do Jardim Escola Titina Silá, nas celebrações do dia Internacional da Criança, em 1975.

O estudo efectuado pela Comissão do Desenvolvimento Social da ONU considera trágico o facto de o número de crianças doentes bem como de crianças subalimentadas ter aumentado, em relação ao de dez anos atrás. Todos os 30 segundos, nos países em vias de desenvolvimento, nascem 100 crianças, das quais vinte morrem sem atingirem um ano, e 60 das que sobrevivem não recebem assistência médica suficiente. Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde, um terço de todas as crianças em África morre antes dos cinco anos.